

Edição 311 - Brasília, 02 de dezembro de 2016

Abruem é signatária do Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos *Adesão foi confirmada pelo presidente da Associação, reitor Aldo Nelson Bona*

Instituições de Ensino Superior (IES) e entidades estão sendo convidadas pelos Ministérios da Educação (MEC) e da Justiça e Cidadania (MJC) e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)M a aderirem ao “Pacto Universitário pela



Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos”. O objetivo do Pacto é superar a violência, o preconceito e a discriminação, além de promover atividades educativas de promoção e defesa dos direitos humanos nas universidades.

Para participar, as instituições e entidades devem acessar a página do “Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos”, no site do MEC (www.educacaoemdireitoshumanos.mec.gov.br). A adesão, que se dá através de um Termo de Cooperação, só pode ser realizada pelo dirigente máximo da entidade apoiadora. Pela Abruem (Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais), então, o Pacto foi consignado pelo presidente, reitor Aldo Nelson Bona. Universidades afiliadas também já aderiram ao Pacto e são exemplos a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).



O Pacto é composto por duas instâncias. A primeira é uma Comissão Nacional, formada por representantes de entidades como a SEDH, o MEC, o Conselho Nacional de Educação e o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Esta Comissão vai orientar, apoiar e monitorar a implementação do Pacto pelas universidades. A segunda instância é um Comitê Gestor do Pacto Universitário, que deve ser criado em cada uma das instituições de ensino que aderirem à iniciativa. Este grupo deve coordenar a implementação do Pacto em sua universidade, apresentando um plano de trabalho com as medidas a serem adotadas naquela instituição.

Entre as práticas propostas para implantação por meio do Pacto Universitário estão a inclusão de conteúdos de educação em direitos humanos como componentes curriculares dos cursos das diferentes áreas do conhecimento; a criação de cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) com foco em direitos humanos; a inserção de atividades sobre a temática dos direitos humanos em cursos de licenciatura e de formação dos profissionais da Educação; o apoio a realização de trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tópico; e o fomento a implantação de núcleos, comissões, ouvidorias, grupos de trabalho e linhas de pesquisa sobre a atuação em direitos humanos.

Segundo o ministro da Educação, Mendonça Filho, “é necessário engajar a sociedade e consolidar uma atuação de pesquisa e proatividade de universidades brasileiras no combate à discriminação, na reafirmação das políticas de inclusão e no respeito às minorias”. Já o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, disse que o Pacto “deve mostrar que qualquer forma de discriminação ou de não aceitação da diversidade é crime e precisa ser combatida. É absolutamente inadmissível que um jovem aprenda na escola trigonometria e tabela periódica e não saiba os direitos básicos consagrados na Constituição”.

* Com informações das Assessorias de Imprensa do MEC e do MJC

Especial 59. Fórum Nacional de Reitores Em meio à crise de financiamento, avaliação dos programas de pós-graduação passará por mudanças

Discussões da Câmara de PG contou com participação de coordenadora da Capes



Elisa Maria Costa Pereira Thiago, coordenadora-geral substituta de avaliação da Capes, apresentou uma panorama dos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação utilizados pela Capes desde sua criação em 1974, enfatizando os parâmetros que serão adotados na avaliação quadrienal de 2017: o impacto do programa de pós-graduação na formação de recursos humanos; a trajetória dos profissionais egressos, atuando para o desenvolvimento social, cultural e/ou econômico da região e do país; e a avaliação da internacionalização dos programas.

Essa ênfase avaliativa, segundo Elisa, está sendo pensada com o objetivo de estabelecer “ações de melhoria no médio prazo, de modo que os programas adotem projetos para o acompanhamentos dos mestres e doutores egressos; impulsionem a internacionalização; e promovam a integração do PPG com a graduação e com o ensino básico. Outra meta é que os programas consolidados mantenham ou aumentem as atividades de contribuição para os programas iniciais ou em consolidação”, contou.



Elisa Maria Pereira Thiago, coordenadora-geral substituta de avaliação da Capes, palestra sob o olhar atento de membros da Câmara Técnica de Pós-Graduação da Abruem

Para a avaliação quadrienal de 2017 a Capes – e os mais de 1.700 consultores externos convidados – tomará como base os regulamentos dos programas de pós-graduação; os documentos específicos de cada área; a ficha de avaliação específica para cada tipo de programa (acadêmico, profissional ou profissional em rede); os dados relacionados na Plataforma Sucupira; as planilhas de indicadores (do programa; dos docentes; o fluxo discente; a produção do PPG, dos docentes, dos discentes, e com participação discente); o estudo sobre a contribuição social e inserção dos egressos. “Desse modo, a partir da próxima avaliação, a ênfase estará indo na direção da qualidade de formação dos mestres e doutores no Brasil”, ponderou Elisa.

Elisa Maria Costa Pereira Thiago, mesmo afirmando não ser essa sua área de atuação na Capes, também tratou dos critérios para distribuição de bolsas e os instrumentos para os

repasses financeiros para os programas de pós-graduação. Ela também tratou das possibilidades de financiamento externo, citando como exemplos os programas de mestrado profissionalizante, adiantando que um edital de fomento para a abertura de cursos de doutorado profissionalizantes já está em trâmite.

Secretaria Executiva: Carlos Roberto Ferreira (crferreira@uepg.br)

Secretaria Geral: Denize Alencastro (abruem@gmail.com)

Web-designer: Felipe Moro Ferreira (felipe_m_ferreira@yahoo.com.br)

Jornalista Responsável: Ariane Pereira (ariane_carla@uol.com.br)

